

Demonstrativos Contábeis Consolidados e Notas Explicativas

4º Trimestre de 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Coordenação-Geral de Contabilidade

Brasília, 29 de janeiro de 2021.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	4
DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP	7
GESTÃO CONTÁBIL	9
Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública.....	9
Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	9
Registro Mensal da Conformidade Contábil	9
Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras	10
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	10
Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes	10
Tomada de Contas Especial	10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	12
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstrações das Variações Patrimoniais	14
Demonstrações das Variações Patrimoniais	15
Balanço Orçamentário.....	16
Balanço Financeiro	18
Balanço Financeiro	19
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
NOTAS EXPLICATIVAS	22
Nota 01 – COVID-19.....	22
Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	23
Nota 03 – Bens Imóveis – BP.....	24
Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....	27
Nota 05 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	28
Nota 06 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP	29
Nota 07 – Pessoal e Encargos - DVP	29
Nota 08 – Desincorporação de Ativos – DVP	30
Nota 09 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	31
Nota 10 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	31
Nota 11 – Resultado Orçamentário – BO.....	32
Nota 12 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO	33
Nota 13 – Transferências Intragovernamentais – BF	34
Nota 14 – Segurança Pública – DFC	36
Nota 15 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	37
Nota 16 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	38

APRESENTAÇÃO

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis - DCONs do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, do Decreto nº 93.872, de 1986, da Lei nº 10.180, de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público - NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NEs)

Em observância à Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs do MJSP, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2020, destacamos:

1. O órgão SIAFI “Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal” foi desativado, portanto, não apresentou movimentação financeira, orçamentária e patrimonial em 2020. O controle de toda a execução é realizado na UG Tesouro, sendo identificada por meio dos programas de trabalho, fontes de recursos e planos internos.
2. Devido a limitações do Siafi, não foi possível extrair as demonstrações contábeis do MJSP sem espelhar as UPCs Funai e Cade. No entanto, nas notas explicativas apresentadas, onde houve composição de saldos, foram segregados os valores das contas contábeis por órgão, com o fim de melhor adaptação deste relatório às regras de consolidação estabelecidas para Relatório de Gestão do exercício de 2020.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 - Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 - Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 - Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP



Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do MJSP.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Bens Móveis

Durante o exercício financeiro de 2020 houve avanços quanto aos desafios em busca da melhoria no controle do acervo patrimonial, em especial, relativos aos bens móveis. O principal

objetivo, em relação a 2019, era a implementação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – Siads.

O Siads é um sistema de gestão patrimonial de estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte, sob a gestão da STN do Ministério da Economia – ME, integrado com o SIAFI, voltado a permitir o controle permanente dos registros dos bens, da depreciação, da realização de inventários e automação do registro contábil.

O Siads foi implementado:

- Na Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais – CGDS, da Subsecretaria de Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que realiza a gestão dos bens patrimoniais das unidades: Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD e Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD (excetuando-se os bens apreendidos e perdidos); Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.
- No Arquivo Nacional – AN, que está em fase de conferência e acerto contábil dos registros patrimoniais;
- No Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, que passou a dispor de gestão própria do acervo patrimonial; e
- No Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, que também passou a dispor de gestão própria do acervo patrimonial.

A Polícia Federal – PF e a Polícia Rodoviária Federal-PRF não farão adesão ao sistema em razão dos seguintes motivos:

- A PF já possui um sistema de gestão patrimonial que contém especificações e funcionalidades não disponíveis no Siads. E uma eventual migração ao sistema referenciado poderia acarretar na perda de controle efetivo do acervo patrimonial. Além disso, tem-se os bens adquiridos sob o bojo do sigilo de investigação, cujas informações devem constar em cadastro restrito, a fim de não prejudicar sua gestão estratégica.
- A PRF também possui um sistema de gestão patrimonial com especificações e funcionalidades não disponíveis no Siads. A migração traria prejuízos ao controle patrimonial, reduzindo a transparência das informações existentes, e à gestão de equipamentos de uso controlado, que são integrados a um planejamento logístico.

A CGDS passou a constituir uma Unidade Gestora Executora no SIAFI, onde ocorrem atualmente os registros dos atos e fatos administrativos ligados à gestão do acervo patrimonial sob sua responsabilidade. Durante o exercício de 2020 houve o esforço no sentido de regularizar os registros contábeis com o Siads. Restam pendentes os procedimentos de reavaliação de bens móveis.

O AN não passou por procedimentos de inventário ou reavaliação de bens móveis.

Na PF não foi concluído o inventário de 15,1% do total dos bens registrados em móveis no órgão.

A PRF não concluiu o procedimento de inventário, sendo que passaram pelos procedimentos de avaliação, em 2018, apenas os veículos de tração mecânica, que representam 38% de seus bens móveis.

Bens Imóveis

Em consulta ao Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União – Spiunet, verificou-se que 64,31% (R\$ 74,84 bilhões) do total em bens imóveis contabilizados no MJSP estão com

os prazos dos laudos das avaliações fora da validade, o que prejudica a fidedignidade da representação monetária desses bens no Balanço Patrimonial.

A FUNAI, apesar de se tratar de uma Unidade Prestadora de Contas que não integra este Relatório de Gestão, concentra 98,19% desses valores, tendo em vista não ser possível realizar essa segregação nas Demonstrações Contábeis, conforme descrito anteriormente na “Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”).

Cumprir informar que a reavaliação é definida com base em laudo específico por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. As unidades dependem de interação com a SPU para a realização dos procedimentos de reavaliação.

O FUNAD possui como recursos bens apreendidos ou sequestrados em decorrência do tráfico de drogas de abuso, ou de qualquer forma utilizado em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou, ainda, que foram adquiridos com recursos provenientes do referido tráfico, e perdidos em favor da União. Dentre eles, bens imóveis que não possuem registro patrimonial no SIAFI, ou estão registrados com valores que não refletem sua real representação. A STN do ME apresentou proposta de roteiro de contabilização voltado à evidenciação desses bens, nas contas contábeis. A proposta encontra-se em apreciação no âmbito deste MJSP.

Brasília-DF, 29 de janeiro de 2021.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Contador do Ministério da Justiça e Segurança Pública

CRC nº 021.289/O-9

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhado ao órgão central do Sistema, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Economia - ME, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das Demonstrações Contábeis - DCON, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo com informações relevantes; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade das informações; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprer esclarecer que a composição do órgão MJSP no Siafi, não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código no Siafi específico, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP

Órgão Superior MJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN Arquivo Nacional – AN	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF*	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI *	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*	

*Órgãos sugordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCON do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de conformidade contábil. A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, a Conformidade de Registro

de Gestão e o Manual Siafi.

Como resultado da Conformidade Contábil, foram elaborados com periodicidade mensal os relatórios de conformidade, que contém o registro formal das inconsistências/erros detectados na informação contábil. Neles foram descritos os grupos de contas mensalmente analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas. Representaram o trabalho de controle e supervisão desta unidade setorial de contabilidade em relação às suas unidades gestoras.

Durante o exercício de 2020 foram emitidos 577 (quinhentos e setenta e sete) relatórios, referentes a 48 (quarenta e oito) unidades gestoras executoras no Siafi – UG, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

O atendimento e apoio técnico às Unidades Gestoras Executoras da despesa no MJSP ocorreram em caráter permanente, durante todo o exercício financeiro de 2020, resultando no atendimento de todas as demandas de natureza contábil ocorridas no ano. Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema SIAFI; e-mail; e processo SEI.

A CGCONTAB realizou o acompanhamento direto de 48 (quarenta e oito) unidades executoras de despesa pública, sendo 35 (trinta e cinco) da Polícia Rodoviária Federal e 13 (treze) do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- do Departamento de Polícia Federal, que consta com 35 (trinta e cinco) unidades;
- do Departamento Penitenciário Nacional, com 14 (catorze) unidades;
- da Fundação Nacional do Índio, com 48 (quarenta e oito) unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 (setenta) unidades;
- do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, com 1 (uma) unidade;

No exercício de 2020 foram encaminhadas 1.552 (mil quinhentos e cinquenta e duas) mensagens pelo Siafi, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as notas explicativas às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SiafiWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Em 2020, foram elaboradas quatro Notas Explicativas, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2019 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2020.

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

É realizado o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes: SIAFI, (Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Comprasnet, Comprasnet Contrato, SIADS, REUSE, SICAF, PGC), SISBACEN (Cadin), SENHA-REDE (Hod) e Plataforma +Brasil (Siconv).

Foram realizados 5.471 atendimentos durante o exercício de 2020, referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O encaminhamento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de Órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: CADE, Funai, AN, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

A CGCONTAB tem atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais - TCE, efetuando registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos débitos e efetuando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

No exercício financeiro de 2020 foram realizados 37 registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da

TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do Tribunal de Contas da União.

A apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do Tribunal de Contas da União.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

R\$ milhares			
ATIVO	NE	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		8.122.783	3.951.155
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	6.404.276	2.354.988
Créditos a Curto Prazo		1.615.613	-
Demais Créditos e Valores		1.615.613	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	1.506.365
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		102.894	89.801
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		228.132.812	112.429.063
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.301.315	3.256.069
Créditos a Longo Prazo		2.301.315	2.189.168
Dívida Ativa Não Tributária		2.477.930	2.189.168
Demais Créditos e Valores		898.578	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(1.075.172)	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		-	1.066.901
Estoques		-	-
Investimentos		22	22
Participações Permanentes		0	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		0	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		225.577.031	108.952.048
Bens Móveis		3.110.840	2.819.943
Bens Móveis		4.155.244	3.714.740
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.044.403)	(894.797)
Bens Imóveis	03	222.466.191	106.132.105
Bens Imóveis		222.505.998	106.170.637
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(39.807)	(38.532)
Intangível		254.443	220.924
Softwares		254.425	220.792
Softwares		265.479	224.226
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(11.054)	(3.435)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	133
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		18	133
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		236.255.595	116.380.218
PASSIVO	NE	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		1.182.489	1.374.656
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		838.536	841.593
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		8.017	15.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	2
Demais Obrigações a Curto Prazo	04	335.937	517.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.931	3.575
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		1.265	2.004
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.626	1.532
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.185.420	1.378.231

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.070.175	115.001.987
Demais Reservas		2.205	2.501
Resultados Acumulados		235.067.971	114.999.485
Resultado do Exercício		119.912.879	4.608.689
Resultados de Exercícios Anteriores	05	114.999.485	110.406.571
Ajustes de Exercícios Anteriores		155.606	(15.775)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		236.255.595	116.380.218

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
Ativo Financeiro	6.404.397	2.355.097	Passivo Financeiro	4.718.882	4.415.324
Ativo Permanente	229.851.198	114.025.121	Passivo Permanente	302.698	296.824
			Saldo Patrimonial	231.234.015	111.668.070

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		269.898	241.931	
Atos Potenciais Ativos		269.898	241.931	
Garantias e Contragarantias Recebidas		211.552	196.718	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		58.265	45.131	
Direitos Contratuais		82	82	
TOTAL		269.898	241.931	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.905.343	4.461.979	
Atos Potenciais Passivos		4.905.343	4.461.979	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.622.909	2.484.045	
Obrigações Contratuais		2.282.405	1.977.907	
TOTAL		4.905.343	4.461.979	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(1.548.925)
Recursos Vinculados	3.234.441
Educação	303
Seguridade Social (Exceto Previdência)	100.350
Previdência Social (RPPS)	1.984
Dívida Pública	(170.289)
Alienação de Bens e Direitos	31.034
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.271.059
TOTAL	1.685.515

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		472.143	983.119
Impostos		800	-
Taxas		471.344	983.119
Contribuições		-	(23)
Contribuições Sociais		-	(23)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		67.780	57.987
Venda de Mercadorias		0	20
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		67.779	57.967
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		149.433	93.128
Juros e Encargos de Mora		3.459	1.987
Variações Monetárias e Cambiais		-	225
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		145.974	90.916
Transferências e Delegações Recebidas		58.050.252	40.739.584
Transferências Intragovernamentais		57.530.334	40.300.800
Outras Transferências e Delegações Recebidas		519.918	438.785
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	06	118.419.298	12.525.701
Reavaliação de Ativos		117.538.606	5.281.456
Ganhos com Alienação		54.148	69.976
Ganhos com Incorporação de Ativos		769.508	7.072.540
Ganhos com Desincorporação de Passivos		57.036	101.729
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.515.799	1.939.758
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		(291)	332
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.516.090	1.939.426
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		178.674.704	56.339.255

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Encargos	07	7.859.567	7.553.057
Remuneração a Pessoal		6.038.890	5.934.213
Encargos Patronais		1.388.763	1.116.874
Benefícios a Pessoal		368.929	427.898
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		62.985	74.072
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.425.157	4.203.561
Aposentadorias e Reformas		3.209.778	3.106.177
Pensões		1.116.445	1.090.999
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		98.934	6.385
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		2.119.895	2.117.442
Uso de Material de Consumo		378.300	190.509
Serviços		1.512.706	1.705.482
Depreciação, Amortização e Exaustão		228.889	221.451
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		93.567	201.548
Juros e Encargos de Mora		836	947
Variações Monetárias e Cambiais		5	2
Descontos Financeiros Concedidos		92.726	200.599
Transferências e Delegações Concedidas		41.404.610	30.009.768
Transferências Intragovernamentais		38.973.720	29.003.764
Transferências Intergovernamentais		1.804.125	682.172
Transferências a Instituições Privadas		1	-
Transferências ao Exterior		16.669	8.910
Execução Orçamentária Delegada a Entes		114	77
Outras Transferências e Delegações Concedidas		609.982	314.845
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.770.948	7.201.561
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1.853.367	1.772.758
Perdas com Alienação		1.055	4.178
Perdas Involuntárias		10.002	10.641
Incorporação de Passivos		14.252	202.586
Desincorporação de Ativos	08	892.273	5.211.398
Tributárias		3.288	4.187
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.257	2.341
Contribuições		1.031	1.846
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		84.793	439.441
Premiações		-	17
Incentivos		16	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		84.777	439.425
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		58.761.825	51.730.566
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		119.912.879	4.608.689

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

31/12/2020
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.312.895	4.312.895	3.919.837	(393.058)
Receitas Tributárias		748.423	748.423	329.941	(418.482)
Taxas		748.423	748.423	329.941	(418.482)
Receitas de Contribuições		48	48	440	392
Contribuições Sociais		48	48	440	392
Receita Patrimonial		1.766.994	1.766.994	1.865.050	98.056
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		381	381	213	(168)
Valores Mobiliários		91.033	91.033	138.135	47.103
Demais Receitas Patrimoniais	09	1.675.580	1.675.580	1.726.701	51.121
Receitas de Serviços		51.561	51.561	67.463	15.902
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		51.561	51.561	67.463	15.902
Outros Serviços		-	-	0	-
Transferências Correntes		-	-	(1)	-
Outras Receitas Correntes		1.745.870	1.745.870	1.656.944	(88.925)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	10	1.653.729	1.653.729	1.477.170	(176.559)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	7.489	-
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		87.606	87.606	167.473	79.868
Demais Receitas Correntes		4.535	4.535	4.811	276
RECEITAS DE CAPITAL		4.051.734	4.051.734	184	(4.051.550)
Operações de Crédito		4.051.734	4.051.734	-	(4.051.734)
Operações de Crédito Internas		4.051.734	4.051.734	-	(4.051.734)
Alienação de Bens		-	-	184	184
Alienação de Bens Móveis		-	-	184	184
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.364.629	8.364.629	3.920.021	(4.444.609)
DEFICIT	11	-	-	13.775.867	13.775.867
TOTAL		8.364.629	8.364.629	17.695.888	9.331.258
CRÉDITOS ADIC. ABERTOS C/SUPERAVIT FINANC		-	1.255.922	1.255.922	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		14.977.623	15.473.088	14.896.244	14.194.674	13.417.887	576.844
Pessoal e Encargos Sociais	12	11.215.914	11.795.335	11.704.352	11.684.566	10.961.498	90.983
Outras Desp. Correntes		3.761.708	3.677.754	3.191.892	2.510.108	2.456.389	485.862
DESPESAS DE CAPITAL		1.864.052	2.993.673	2.799.643	1.086.512	1.086.202	194.030
Investimentos		1.855.971	2.985.675	2.797.787	1.084.680	1.084.370	187.888
Inversões Financeiras		8.080	7.998	1.857	1.831	1.831	6.142
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.119.304	815.124	-	-	-	815.124
TOTAL		17.960.978	19.281.885	17.695.888	15.281.186	14.504.089	1.585.998

Fonte: Siafi.

Balço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		159.026	673.412	402.115	401.251	194.099	237.089
Pessoal e Encargos Sociais		15.089	43.805	6.234	6.232	41.031	11.633
Outras Despesas Correntes		143.937	629.607	395.882	395.019	153.068	225.456
DESPESAS DE CAPITAL		637.495	1.864.580	1.161.359	1.148.626	155.455	1.197.994
Investimentos		635.765	1.864.580	1.161.359	1.148.626	155.455	1.196.264
Inversões Financeiras		1.730	-	-	-	-	1.730
TOTAL		796.521	2.537.992	1.563.475	1.549.877	349.554	1.435.083

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		22.065	807.216	824.843	1.008	3.429
Pessoal e Encargos Sociais		16.761	742.787	759.478	58	12
Outras Despesas Correntes		5.304	64.429	65.365	950	3.417
DESPESAS DE CAPITAL		64.384	156.572	16.574	152.767	51.614
Investimentos		64.384	156.572	16.574	152.767	51.614
TOTAL		86.448	963.787	841.417	153.775	55.044

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Ingressos

R\$ milhares			
INGRESSOS	NE	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Orçamentárias		3.920.021	3.982.079
Ordinárias		-	-
Vinculadas		4.116.488	4.280.144
Seguridade Social (Exceto Previdência)		48.454	21.449
Alienação de Bens e Direitos		908	17.842
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.067.125	4.240.763
Recursos a Classificar		1	90
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(196.468)	(298.065)
Transferências Financeiras Recebidas	13	57.530.323	40.297.275
Resultantes da Execução Orçamentária		53.538.131	37.196.605
Cota Recebida		19.561.738	12.378.821
Repasso Recebido		18.893.747	12.129.742
Sub-repasso Recebido		15.050.981	12.611.923
Repasso Devolvido		21.663	30.504
Sub-repasso Devolvido		10.002	45.615
Independentes da Execução Orçamentária		3.992.192	3.100.670
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.576.568	2.533.205
Demais Transferências Recebidas		56.073	98.638
Movimentação de Saldos Patrimoniais		356.551	468.827
Recebimentos Extraorçamentários		3.252.519	4.289.209
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		777.097	807.837
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		2.414.702	2.537.992
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		60.579	65.072
Outros Recebimentos Extraorçamentários		142	878.308
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		13	-
Restituições a Pagar		43	11
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	19
Valores para Compensação		-	-
Demais Recebimentos		83	878.278
Saldo do Exercício Anterior		2.354.988	2.384.084
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.354.988	2.384.084
TOTAL		67.057.851	50.952.648

Balço Financeiro

Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Orçamentárias		17.695.888	16.299.039
Ordinárias		5.539.641	8.440.136
Vinculadas		12.156.247	7.858.902
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.406.738	2.141.126
Previdência Social (RPPS)		2.029.603	2.107.294
Receitas Financeiras		-	652.535
Dívida Pública		4.412.431	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.307.475	2.957.948
Transferências Financeiras Concedidas	13	38.973.455	29.846.262
Resultantes da Execução Orçamentária		34.053.041	24.563.101
Repasso Concedido		18.943.563	11.813.589
Sub-repasso Concedido		15.050.981	12.611.923
Cota Devolvida		26.832	60.670
Repasso Devolvido		21.663	31.304
Sub-repasso Devolvido		10.002	45.615
Independentes da Execução Orçamentária		4.920.414	5.283.161
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.451.850	1.683.608
Demais Transferências Concedidas		36.019	64.412
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.432.545	3.535.136
Movimentações para Incorporação de Saldos			5
Pagamentos Extraorçamentários		3.984.232	2.452.359
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		841.417	746.207
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.549.877	1.023.517
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		54.390	59.597
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.538.548	623.037
Ordens Bancárias Sacadas – Cartão de Pagamento		-	12
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.538.536	622.994
Valores Compensados		12	30
Demais Pagamentos		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte		6.404.276	2.354.988
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.404.276	2.354.988
TOTAL		67.057.851	50.952.648

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

		R\$ milhares	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	31/12/2020	31/12/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		4.931.518	635.879
INGRESSOS		61.510.866	45.214.048
Receita Tributária		329.941	687.676
Receita de Contribuições		440	347
Receita Patrimonial		1.726.914	1.138.720
Receita de Serviços		67.463	57.624
Remuneração das Disponibilidades		138.135	89.432
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.656.944	1.999.595
Transferências Recebidas		(1)	-
Outras Transferências Recebidas		(1)	-
Outros Ingressos Operacionais		57.591.030	41.240.654
Ingressos Extraorçamentários		60.579	65.072
Restituições a Pagar		43	11
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		3	19
Transferências Financeiras Recebidas		57.530.323	40.297.275
Valores para Compensação		-	-
Demais Recebimentos		83	878.278
DESEMBOLSOS		(56.579.348)	(44.578.169)
Pessoal e Demais Despesas		(12.806.863)	(12.385.426)
Judiciário		-	(33)
Essencial à Justiça		-	(117)
Administração		(180.783)	(177.282)
Segurança Pública	14	(7.619.772)	(7.288.113)
Previdência Social		(4.461.089)	(4.349.953)
Educação		(9)	(289)
Cultura		(136)	(695)
Direitos da Cidadania		(419.636)	(486.928)
Agricultura		-	(37)
Encargos Especiais		(125.450)	(81.966)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		13	(12)
Transferências Concedidas		(3.206.093)	(1.663.859)
Intergovernamentais		(1.795.255)	(532.096)
A Estados e/ou Distrito Federal		(1.769.289)	(524.167)
A Municípios		(25.966)	(7.929)
Intragovernamentais		(1.385.018)	(1.117.909)
Outras Transferências Concedidas		(25.821)	(13.854)
Outros Desembolsos Operacionais		(40.566.393)	(30.528.884)
Dispêndios Extraorçamentários		(54.390)	(59.597)
Transferências Financeiras Concedidas		(38.973.455)	(29.846.262)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(1.538.536)	(622.994)
Valores Compensados		(12)	(30)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(882.230)	(664.975)
INGRESSOS		184	8.686
Alienação de Bens		184	8.686
DESEMBOLSOS		(882.414)	(673.661)
Aquisição de Ativo Não Circulante	15	(838.452)	(599.126)
Outros Desembolsos de Investimentos		(43.962)	(74.535)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.049.288	(29.096)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.354.988	2.384.084
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		6.404.276	2.354.988

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.078
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(12.138)	-	-	(12.138)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(3.642)	-	-	(3.642)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.608.689	-	-	4.608.689
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	159.286	-	-	159.286
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	(3.680)	-	-	(3.977)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	119.912.879	-	-	119.912.879
Saldo Final do Exercício 2020	16	-	-	-	-	2.205	235.067.971	-	-	235.070.175

Fonte: Siafi.

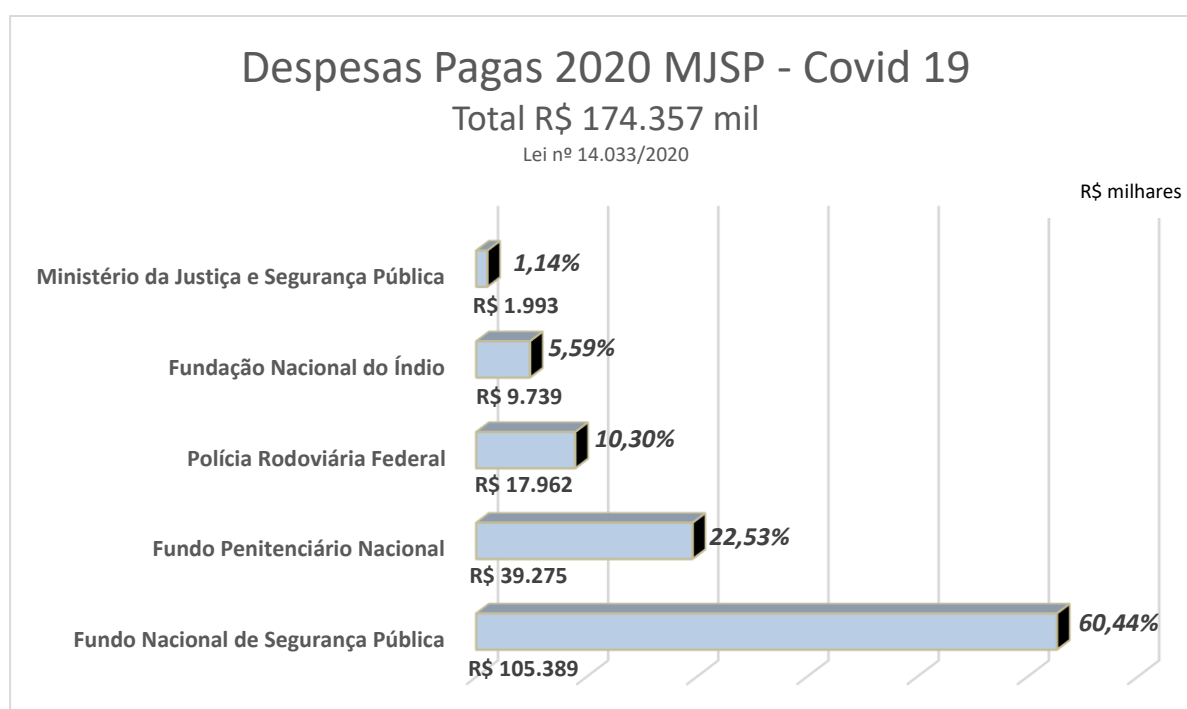
NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – COVID-19

No exercício de 2020, em decorrência da pandemia Covid-19, o MJSP geriu a aplicação dos recursos extraordinários sob responsabilidade da pasta, oriundos da MPV nº 942/2020, convertida na Lei nº 14.033/2020, de 04 de agosto de 2020 e da MPV nº 965/2020, cujos recursos foram bloqueados por não ter sido convertida em lei. No encerramento do exercício de 2020 o total dos valores pagos e autorizados somaram o valor de R\$ 174.357.166,32.

O FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) representou 60,44% total pago em 2020, como apresentado abaixo.

Gastos com Covid-19 – por Órgão



Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi.

Destaca-se, no quadro abaixo, que 96,25% (R\$101.437 mil) do total gasto em 2020 pelo FNSP foi decorrente de Material de Proteção e Segurança. Desse montante, 17,55% (R\$17.797 mil) decorre de aquisição centralizada pela Central de Compras e Contratações do Ministério da Economia.

Fundo Nacional de Segurança Pública – total pago por natureza de despesa

	R\$ milhares	
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	31/12/2020	AV%
Material de Proteção e Segurança	101.437	96,25
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	3.222	3,06
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	730	0,69
Total gasto FNSP	105.389	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

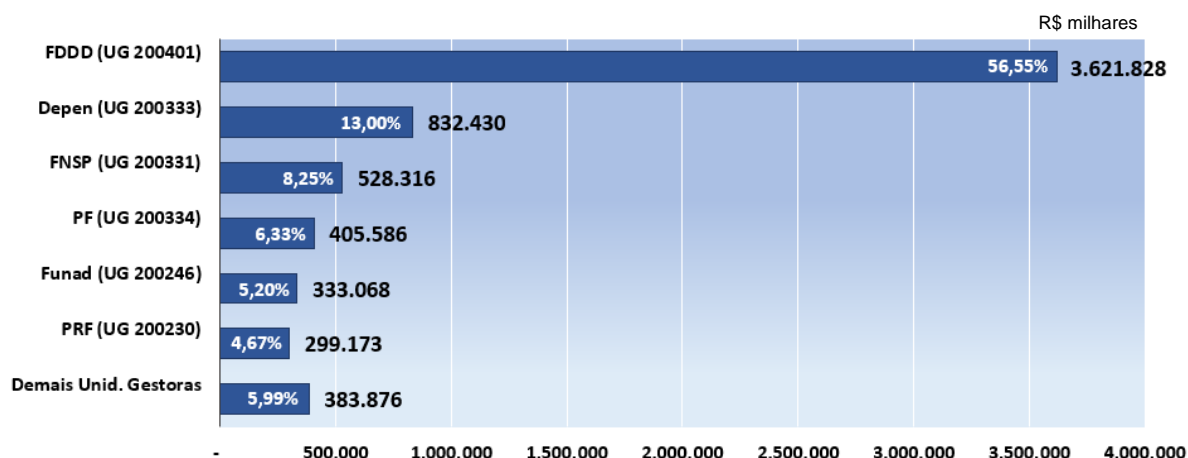
No 4º trimestre de 2020, R\$ 6.020.401 mil (94,01%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se assim distribuídos:

- R\$ 3.621.828 mil (56,55%) na UG 200401 do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos;
- R\$ 832.430 mil (13,00%) na UG 200333 do Departamento Penitenciário Nacional;
- R\$ 528.316 mil (8,25%) na UG 200331 do Fundo Nacional de Segurança Pública;
- R\$ 405.586 mil (6,33%) na UG 200334 da Polícia Federal;
- R\$ 333.068 mil (5,20%) na UG 200246 do Fundo Nacional Antidrogas;
- R\$ 299.173 mil na UG 200230 da Polícia Rodoviária Federal.

As demais unidades executoras que apresentaram saldo no fechamento do 4º trimestre de 2020, as quais somam 92 unidades distintas, englobaram R\$ 383.876 mil (5,99%) desse total.

Cabe ressaltar que a representatividade de 13,00% do Depen deve-se à existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em dezembro de 2020, 93,46% (R\$ 5.985.754 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 55,83% (R\$ 3.575.436 mil) em taxas/multas aplicadas pelo poder de polícia e multas provocadas por processos judiciais; 12,34% (R\$ 790.301 mil) em receitas de concursos de prognósticos; 10,15% em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional; 7,58% (R\$ 485.704 mil) em recursos financeiros diretamente arrecadados e 7,56% em recursos próprios primários de livre aplicação. As demais fontes de recursos apresentaram-se distribuídas entre 17 tipos distintos e representam 6,54% (R\$ 418.522 mil) do montante, conforme apresentado na "Figura 02".

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise do Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, no quarto trimestre de 2020, os recursos totais disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" foram maiores em 171,95% (R\$ 4.049.288 mil), totalizando R\$ 6.404.276 mil.

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressalta-se a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Cumpre esclarecer que o conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No quarto trimestre de 2020, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 4.049.288 mil, cujo crescimento atribui-se às atividades operacionais, que aumentaram 675,54% (R\$ 4.295.640 mil), comparado ao mesmo período do ano de 2019.

As transferências financeiras recebidas, em dezembro de 2020, representaram 93,53% (R\$ 57.530.323 mil) do total dos ingressos; as transferências financeiras concedidas representaram 68,88% (R\$ 38.973.455 mil) dos dispêndios; sendo, portanto, os impactos mais relevantes no resultado de R\$ 4.049.288 mil dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

Com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento, 95,02% (R\$ 838.452 mil) do resultado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, as quais constam detalhadas na nota explicativa de número 15.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	31/12/2020	31/12/2019	2020-2019	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	4.931.518	635.879	4.295.640	121,79	675,54
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(882.230)	(664.975)	(217.255)	(21,79)	32,67
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.049.288	(29.096)	4.078.384	100,00	(14.016,98)

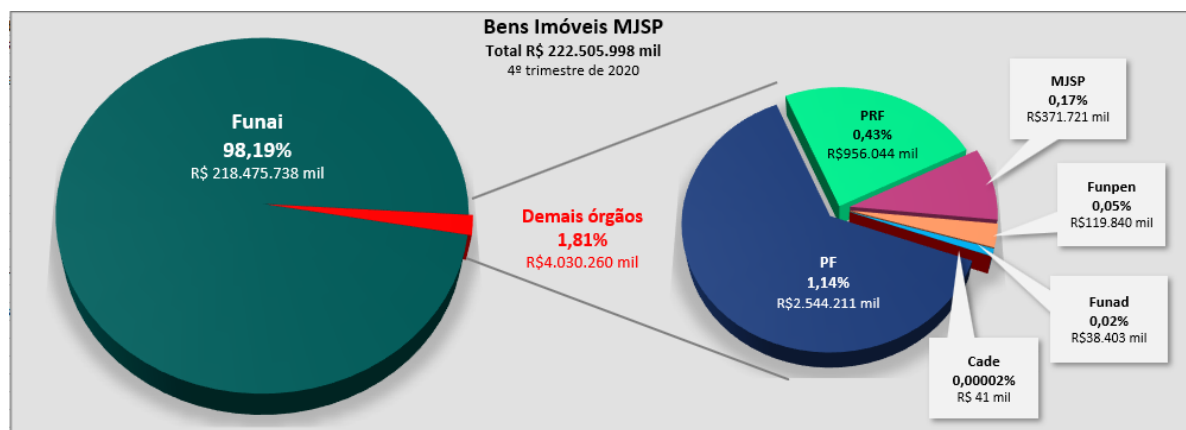
Fonte: Siafi.

Nota 03 – Bens Imóveis – BP

Em 31/12/2020, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 222,5 bilhões, representando 94,18% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,02%, foi de R\$ 222,4 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 218,4 bilhões (98,19%), conforme "Figura 3".

Figura 03 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a "Tabela 2", os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,77% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$221,9 bilhões em 31/12/2020.

A variação expressiva de 110,05% dos bens de uso especial, em relação ao período anterior, foi representada, predominantemente, pela contabilização na unidade gestora 194151 da Funai, de R\$113,9 bilhões referente reavaliação de imóveis (terrenos e glebas), caracterizados como terras indígenas e benfeitorias nelas existentes, em atendimento à solicitação de auditoria da Controladoria Geral da União que está em curso. O valor da reavaliação refere-se às várias unidades vinculadas à Funai e, no decorrer do exercício de 2021, deverão ser efetuados os devidos registros no SPIUnet com os ajustes contábeis necessários.

Tabela 02 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	221.988.381	105.685.924	99,77	110,05
Bens Imóveis em Andamento	457.279	421.864	0,21	8,39
Instalações	32.345	27.947	0,01	15,74
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	17.145	27.402	0,01	(37,43)
Bens Dominicais	10.280	6.931	0,005	48,32
Demais Bens Imóveis	568	568	0,0003	(0,01)
Subtotal	222.505.998	106.170.637	100,00	109,57
Depreciação / Amortização Acumulada	(39.807)	(38.532)	(0,02)	3,31
Total líquido	222.466.191	106.132.105	99,98	109,61

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na "Tabela 3", a conta contábil Fazendas, Parques e Reservas e a conta Terrenos e Glebas da Funai, representando 97,69% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 03 - Bens de Uso Especial – por tipo

Descrição	R\$ milhares			
	31/12/2020	31/12/2019	AV(%)	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	102.817.331	100.940.487	46,32	1,86
Fundação Nacional do Índio	102.794.806	100.917.961	46,31	1,86
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,01	0,00

Edifícios	3.172.539	2.886.573	1,43	9,91
Fundação Nacional do Índio	1.351.913	1.272.205	0,61	6,27
Polícia Federal	1.308.947	990.496	0,59	32,15
Ministério da Justiça e Segurança Pública	353.597	355.210	0,16	(0,45)
Polícia Rodoviária Federal	157.746	268.325	0,07	(41,21)
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,0002	0,00
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	965.558	840.728	0,43	14,85
Polícia Federal	380.885	305.604	0,17	24,63
Polícia Rodoviária Federal	280.701	231.189	0,13	21,42
Fundação Nacional do Índio	240.936	240.899	0,11	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.075	1.075	0,0005	0,00
Terrenos e Glebas	114.856.073	845.357	51,74	13.486,69
Fundação Nacional do Índio	114.063.223	89.696	51,38	127.067,08
Polícia Federal	553.771	521.782	0,25	6,13
Polícia Rodoviária Federal	221.756	216.557	0,10	2,40
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,005	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	5.751	5.751	0,003	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,0003	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	129.716	124.935	0,06	3,83
Polícia Federal	119.128	120.465	0,05	(1,11)
Polícia Rodoviária Federal	10.588	4.470	0,005	136,89
Imóveis Residenciais e Comerciais	47.163	47.844	0,02	(1,42)
Polícia Federal	19.204	19.170	0,01	0,17
Fundação Nacional do Índio	3.287	3.241	0,001	1,43
Polícia Rodoviária Federal	15.622	16.755	0,01	(6,76)
Fundo Nacional Antidrogas	9.051	8.678	0,004	4,30
Total dos bens de uso especial	221.988.381	105.685.924	100,00	110,05

Fonte: Siafi.

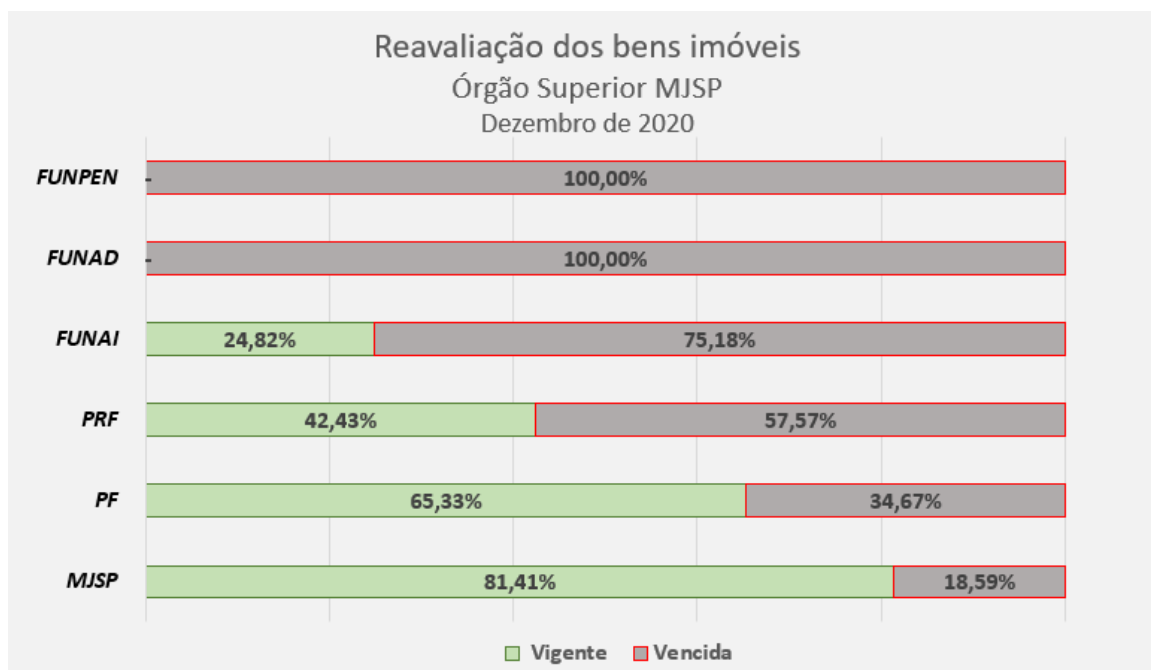
Os bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet totalizaram, no 4º trimestre de 2020, R\$ 108.004.062 mil. A “Figura 4” a seguir, mostra o percentual, por órgão, dos valores brutos dos bens imóveis com prazos de reavaliação vigentes e os vencidos. Foram consideradas as informações até dezembro de 2020.

Os imóveis registrados na Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidenciação nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Adicionalmente, está em fase de estudo e apreciação uma proposta, elaborada pela STN, de contabilização dos atos e fatos administrativos inerentes à gestão desses imóveis.

A Funai, apesar de ter apresentado a necessidade de reavaliação de 75,18%, possui saldo contábil de R\$113,9 bilhões referente à reavaliação de terrenos e glebas ainda não registrado no SPIUnet, pendente de regularização.

Figura 04 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: SPIUnet/Siafi.

Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 4º trimestre de 2020, 28,34% (R\$ 335.937 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, os convênios e instrumentos congêneres a pagar, as retenções relativas a empréstimos e financiamentos das folhas de pagamento dos servidores, depósitos de veículos alienáveis, pensão alimentícia, dentre outros.

Figura 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Fonte: Siafi

As Transferências Financeiras a Comprovar – TED são termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em “Demais Obrigações a Curto Prazo” ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

A conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar - TED representou o maior impacto na rubrica, 32,80% (R\$ 110.188 mil), conforme “Figura 5”. Sendo que, 45,38% (R\$ 50.000 mil) desse valor é representado pela mútua cooperação firmada entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) visando a administração de recursos computacionais, desenvolvimento e sustentação de módulos do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas) do MJSP.

Tabela 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	106.428	100.495	31,68	5,90
Fundo Nacional de Segurança Pública	63.587	66.781	18,93	(4,78)
Polícia Federal	57.101	84.232	17,00	(32,21)
Fundo Penitenciário Nacional	49.567	197.851	14,75	(74,95)
Fundação Nacional do Índio	33.715	49.569	10,04	(31,98)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18.080	15.072	5,38	19,96
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.458	3.518	2,22	112,00
Fundo Nacional Antidrogas	1	0	0,00	
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	0	0	-	
Total Geral	335.937	517.519	100,00	(35,09)

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

Em setembro de 2020, o "Resultado de Exercícios Anteriores" representou 48,92% (R\$ 114.999.485 mil) do total do patrimônio líquido; sendo 89,26% (R\$ 102.654.190 mil) decorrentes, prioritariamente, de resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas. Cabe ressaltar que da referida representação da FUNAI, 67,04% (R\$ 68.822.162 mil) do superávit foram registrados nos estados do Mato Grosso e Pará; totalizando, respectivamente, 45,27% (R\$ 46.472.070 mil) e 21,77% (R\$ 22.350.092 mil).

Tabela 05 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

Resultado de Exercícios Anteriores	R\$ milhares			
	31/12/2020	31/12/2019	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	102.654.190	98.789.098	89,26	3,91
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.184.686	4.212.849	3,64	(0,67)
Polícia Federal	3.402.820	3.279.609	2,96	3,76
Polícia Rodoviária Federal	1.886.852	1.568.275	1,64	20,31
Fundo Penitenciário Nacional	1.256.990	1.150.180	1,09	9,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	970.594	901.223	0,84	7,70
Fundo Nacional de Segurança Pública	244.863	224.271	0,21	9,18
Fundo Nacional Antidrogas	240.829	144.097	0,21	67,13
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	70.786	50.093	0,06	41,31
Subtotal (A)	114.912.610	110.319.695	99,92	4,16

Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,08	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,08	0,00
Total (A+B)	114.999.485	110.406.571	100,00	4,16

Nota 06 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

As "Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos", no quarto trimestre de 2020, representaram 66,28% (R\$ 118.419.298 mil) do total das Variações Patrimoniais Aumentativas consolidadas na DVP, decorrentes das reavaliações de bens imóveis da Fundação Nacional do Índio, que integraram 99,61% (R\$ 117.077.525 mil) do referido montante.

Cabe destacar que os registros de reavaliações de bens imóveis da FUNAI aumentaram em 2.230,21% (R\$ 112.053.195 mil) com relação ao mesmo período de 2019.

Nota 07 – Pessoal e Encargos - DVP

No 4º trimestre de 2020, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 13,38% (R\$ 7.859.567 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal que apresentou 53,68% (R\$4.219.394) e pela Polícia Rodoviária Federal com 35,10% (R\$2.622.679 mil). Ambas somaram 88,78% (R\$ 6.978.114 mil), conforme "Tabela 6".

Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 67,56% (R\$ 5.309.663 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. Sendo o maior destaque para a PF, com 41,26% (R\$3.243.073 mil) em relação ao total da rubrica.

Cabe, ainda, destacar que o Funpen, apesar de não executar folha de pagamento, apresentou saldo de R\$ 2,44 mil em 2019, referente ao pagamento de INSS patronal, de capacitação ministrada por pessoa física.

Tabela 06 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

Pessoal e Encargos	R\$ milhares			
	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	4.219.394	4.078.913	53,68	3,44
Benefícios a Pessoal	133.574	169.367	1,70	(21,13)
Encargos Patronais	809.560	634.735	10,30	27,54
Outras VPD - Pessoal e Encargos	33.188	50.556	0,42	(34,35)
Remuneração a Pessoal	3.243.073	3.224.255	41,26	0,58
Polícia Rodoviária Federal	2.758.721	2.622.679	35,10	5,19
Benefícios a Pessoal	192.977	205.590	2,46	(6,14)
Encargos Patronais	486.821	392.172	6,19	24,13
Outras VPD - Pessoal e Encargos	12.332	18.057	0,16	(31,71)
Remuneração a Pessoal	2.066.591	2.006.860	26,29	2,98
Ministério da Justiça e Segurança Pública	437.529	425.704	5,57	2,78
Benefícios a Pessoal	29.406	34.572	0,37	(14,94)
Encargos Patronais	54.733	51.182	0,70	6,94
Outras VPD - Pessoal e Encargos	15.723	3.663	0,20	329,26
Remuneração a Pessoal	337.667	336.286	4,30	0,41
Fundação Nacional do Índio	430.572	412.264	5,48	4,44
Benefícios a Pessoal	12.317	17.707	0,16	(30,44)
Encargos Patronais	36.322	37.678	0,46	(3,60)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	1.247	1.336	0,02	(6,68)
Remuneração a Pessoal	380.686	355.543	4,84	7,07

Conselho Administrativo de Defesa Econômica	13.351	13.495	0,17	(1,07)
Benefícios a Pessoal	655	661	0,01	(0,93)
Encargos Patronais	1.327	1.104	0,02	20,15
Outras VPD - Pessoal e Encargos	496	459	0,01	7,96
Remuneração a Pessoal	10.873	11.270	0,14	(3,53)
Fundo Penitenciário Nacional	-	2	-	(100,00)
Encargos Patronais		2	-	(100,00)
Total Geral	7.859.567	7.553.055	100,00	4,06

Fonte: Siafi.

Nota 08 – Desincorporação de Ativos – DVP

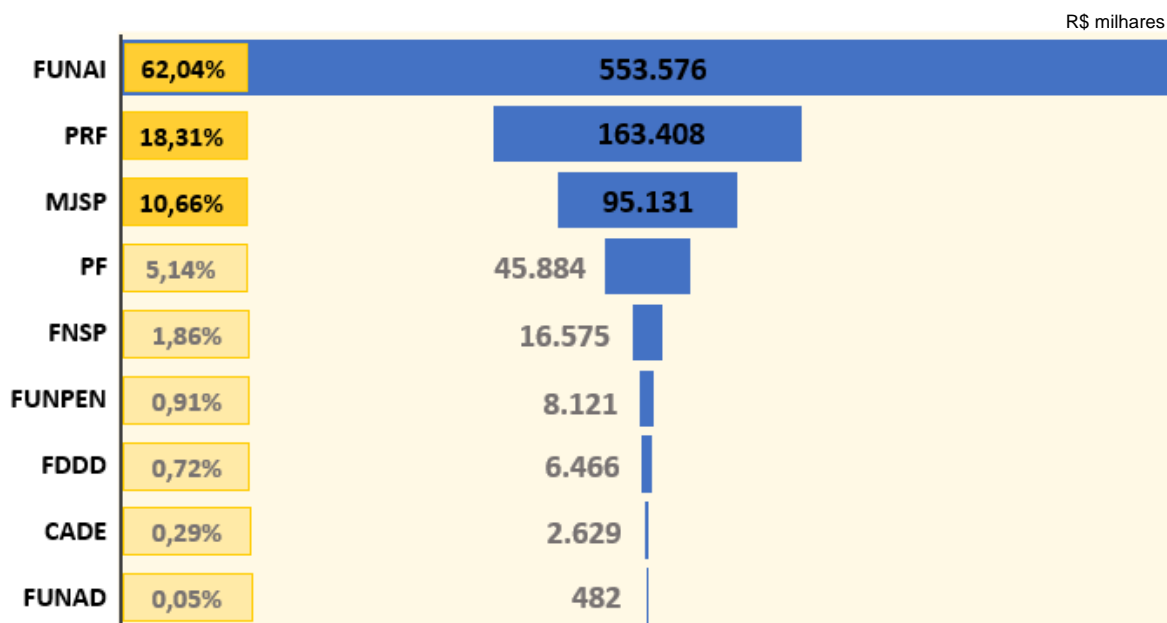
No 4º trimestre de 2020, as "Desincorporações de Ativos" representaram 1,52% (R\$ 892.273 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas. A Coordenação Regional da FUNAI de Ji-Paraná/ RO foi responsável por 61,77% (R\$ 551.173 mil) do valor total dessa rubrica, referente aos lançamentos de registros incorretos de reavaliação, de bens imóveis de uso especial, no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, em janeiro de 2020. A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/ RJ representou 15,81% (R\$ 141.045 mil) do referido montante, sendo:

- R\$ 114.760 mil devido a acerto contábil pela baixa de registros em duplicidade, no SPIUnet, de bens imóveis de uso especial; e
- R\$ 25.917 mil referente a registro contábil de baixa de "Obras em Andamento", lançados entre 30 de abril e 05 de outubro de 2020.
- R\$ 368 mil referente a outros acertos contábeis realizados no decorrer do exercício de 2020.

A Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná/RO e a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/RJ representaram, portanto, 77,58% (R\$ 692.218 mil) dos registros de "Desincorporações de Ativos" em dezembro de 2020.

Relativamente à dezembro de 2019, as "Desincorporações de Ativos" apresentaram queda impactante de 82,88% (R\$ 4.319.125 mil), sendo 114,02% (R\$ 4.924.520 mil) desse montante relativos às baixas de registros contábeis, em 10 de abril de 2019, de lançamentos de bens imóveis de uso especial ocorridos em duplicidade, no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá.

Figura 06 - Perdas com Desincorporação de Ativos - por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 09 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 4º trimestre de 2020, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 45,15% (R\$ 1.726.701 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na "Tabela 7" verifica-se que 97,92% (R\$ 1.690.717 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,16% (R\$ 1.556.858 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,84% (R\$ 169.843 mil).

Tabela 07 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

Receita Orçamentária Líquida	R\$ milhares	
	31/12/2020	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.556.858	90,16
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.525.930	88,37
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	13.850	0,80
Participação da União em Receita de Loteria Federal	10.661	0,62
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	6.418	0,37
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	(0,05)	(0,00)
Fundo Penitenciário Nacional	169.843	9,84
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	164.787	9,54
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	2.770	0,16
Participação da União em Receita de Loteria Federal	1.727	0,10
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	559	0,03
Total	1.726.701	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 4º trimestre de 2020, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 37,68% (R\$ 1.477.170 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 71,67% (R\$ 1.058.739 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na "Tabela 8".

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 25,85% (R\$ 381.880 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais".

A PRF e o FDD somaram 97,53% (R\$ 1.440.619 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, conforme evidenciado na "Tabela 8".

Tabela 08 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

Receita Orçamentária Líquida	R\$ milhares	
	31/12/2020	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	1.080.562	73,15
Polícia Rodoviária Federal	1.058.739	71,67
Polícia Federal	18.683	1,26
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.816	0,12
Fundo Penitenciário Nacional	736	0,05
Fundo Nacional Antidrogas	507	0,03
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	80	0,01
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	381.880	25,85
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	381.880	25,85
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	14.183	0,96
Fundo Penitenciário Nacional	14.155	0,96
Polícia Federal	28	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	545	0,04
Polícia Rodoviária Federal	539	0,04
Fundação Nacional do Índio	6	0,00
Total	1.477.170	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Resultado Orçamentário – BO

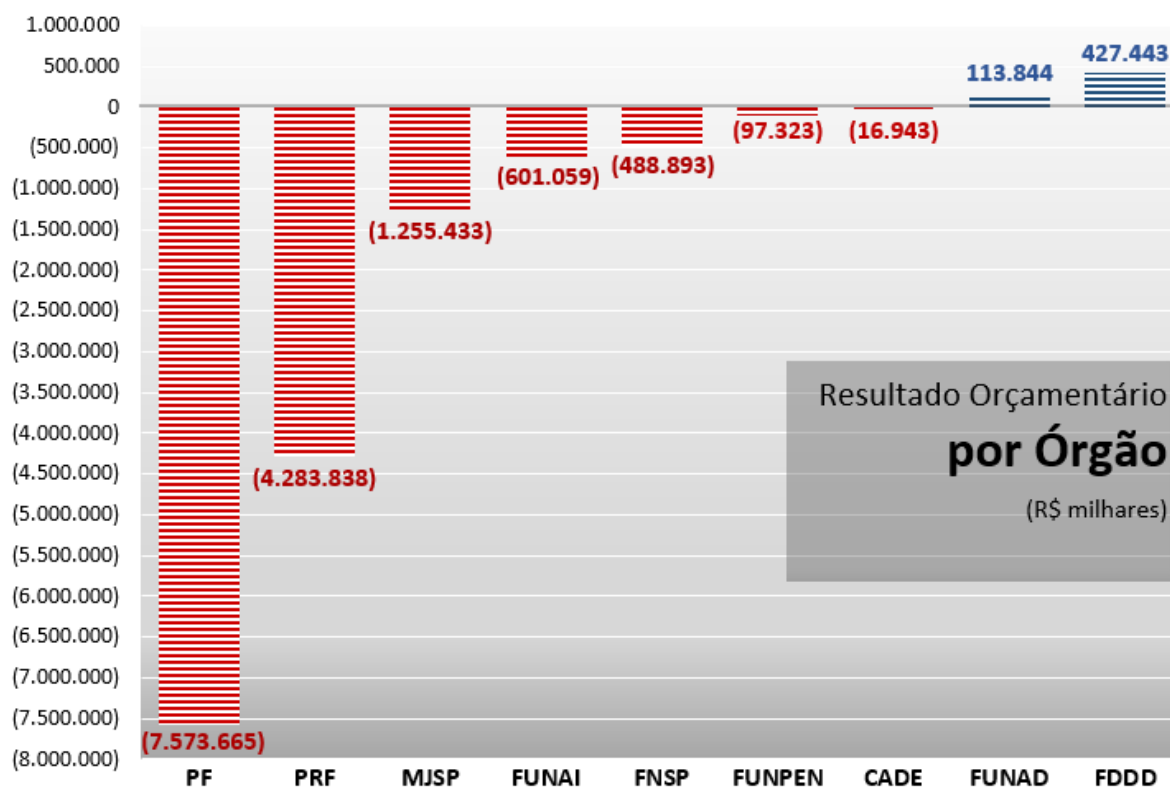
O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No 4º trimestre de 2020, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 54,98% (R\$ 7.573.665 mil) e 31,10% (R\$ 4.283.838 mil), no déficit de R\$ 13.775.867 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 9" abaixo. Ambos os órgãos somaram 86,07% (R\$ 11.857.503 mil) do resultado total apresentado em dezembro de 2020.

Tabela 09 – Resultado Orçamentário

Órgão	R\$ milhares			
	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	341.423	7.915.088	(7.573.665)	54,98
Polícia Rodoviária Federal	1.071.588	5.355.426	(4.283.838)	31,10
Ministério da Justiça e Segurança Pública	2.544	1.257.977	(1.255.433)	9,11
Fundação Nacional do Índio	729	601.788	(601.059)	4,36
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.573.846	2.062.739	(488.893)	3,55
Fundo Penitenciário Nacional	315.473	412.796	(97.323)	0,71
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	39.390	56.333	(16.943)	0,12
Fundo Nacional Antidrogas	138.470	24.626	113.844	(0,83)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	436.557	9.115	427.443	(3,10)
Total	3.920.021	17.695.888	(13.775.867)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 07 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 12 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 93,65% (R\$ 10.961.498 mil) foram efetivamente pagas até o 4º trimestre de 2020. Destacaram-se todos os órgãos vinculados ao MJSP, apresentando percentual de execução acima de 92% do total da despesa empenhada, conforme "Tabela 10"

Em relação às despesas empenhadas, a PF foi responsável pelo maior volume, 54,71% (R\$ 6.403.779 mil), seguido pela PRF, com 37,06% (R\$4.337.122 mil). Ambos os órgãos somaram 91,77% (R\$ 10.740.901 mil) do total das despesas empenhadas.

O percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 8" onde destaca-se o Cade com 93,83% de execução.

Figura 08 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

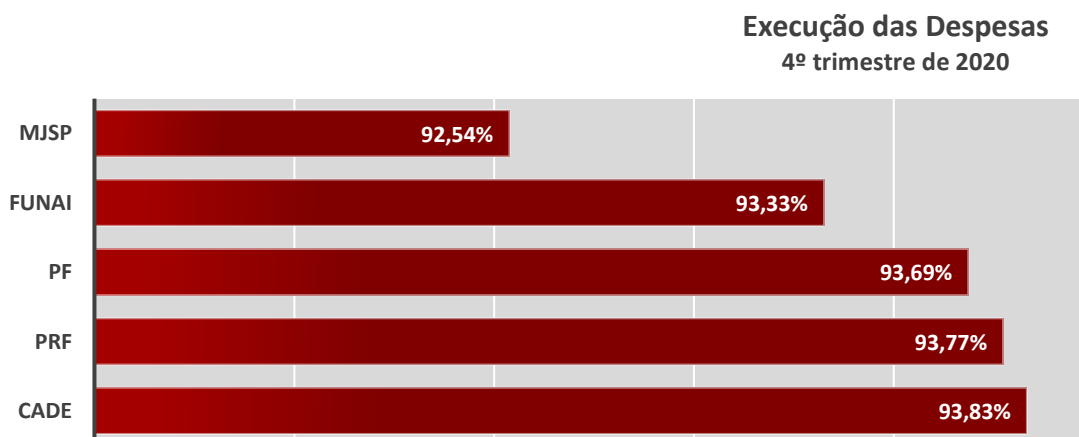


Tabela 10 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA A LIQUIDAR INSCRITA EM RPNP	DESPESA LIQUIDADADA A PAGAR INSCRITA EM RPP	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	6.403.779	54,71	15.815	388.478	5.999.486	54,73	93,69
Aposentadorias e Pensões	2.363.381	20,19	330	138.941	2.224.110	20,29	94,11
Obrigações Patronais	799.624	6,83	617		799.007	7,29	99,92
Outras Despesas	44.989	0,38	14.410	5.430	25.149	0,23	55,90
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.195.786	27,30	458	244.108	2.951.220	26,92	92,35
PRF	4.337.122	37,06		270.036	4.067.086	37,10	93,77
Aposentadorias e Pensões	1.761.567	15,05		106.222	1.655.345	15,10	93,97
Obrigações Patronais	482.459	4,12			482.459	4,40	100,00
Outras Despesas	11.295	0,10		1.273	10.022	0,09	88,73
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.081.801	17,79		162.541	1.919.261	17,51	92,19
MJSP	544.937	4,66	3.921	36.740	504.277	4,60	92,54
Aposentadorias e Pensões	142.281	1,22	864	10.316	131.101	1,20	92,14
Obrigações Patronais	52.839	0,45	446		52.392	0,48	99,16
Outras Despesas	22.395	0,19	1.288	2.327	18.780	0,17	83,86
Vencimentos e Vantagens Fixas	327.423	2,80	1.323	24.097	302.003	2,76	92,24
FUNAI	405.411	3,46	50	27.007	378.353	3,45	93,33
Aposentadorias e Pensões	185.624	1,59		9.891	175.733	1,60	94,67
Obrigações Patronais	36.154	0,31			36.154	0,33	100,00
Outras Despesas	2.870	0,02		261	2.609	0,02	90,89
Vencimentos e Vantagens Fixas	180.763	1,54	50	16.855	163.858	1,49	90,65
CADE	13.104	0,11		808	12.295	0,11	93,83
Aposentadorias e Pensões	750	0,01		58	692	0,01	92,31
Obrigações Patronais	1.269	0,01			1.269	0,01	100,00
Outras Despesas	1.004	0,01		69	935	0,01	93,15
Vencimentos e Vantagens Fixas	10.081	0,09		682	9.399	0,09	93,24
Total Geral	11.704.352	100,00	19.786	723.069	10.961.498	100,00	93,65

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Transferências Intragovernamentais – BF

As “Transferências Financeiras Recebidas”, detalhadas no Balanço Financeiro, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Classificam-se em orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o orçamento geral decorrem de transferências de recursos relativos aos restos a pagar.

As “Transferências Financeiras Concedidas”, de igual modo, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades de administração direta e indireta e classificam-se em orçamentárias ou extraorçamentárias.

Quando observadas as diferenças entre as movimentações “sem consolidação” e “com consolidação” no Balanço Financeiro, observa-se que os saldos das transferências financeiras recebidas e concedidas são equivalentes, pois representam contrapartidas no referido demonstrativo contábil, conforme apresentado no saldo final da coluna “A-B” da “Tabela 11” e da “Tabela 12”.

As transferências financeiras recebidas e concedidas apresentadas “sem consolidação”, refletem a contabilização a cada repasse financeiro executado, ou seja: uma contabilização no recebimento da cota pela setorial financeira e, quando esta repassa o recurso, é contabilizado novamente o valor no recebimento do repasse ou sub-repasse pela unidade executora; caracterizando, portanto, a dupla contabilização, cujos saldos constam na coluna “A” da “Tabela 11” e da “Tabela 12”.

No que tange às regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, quando o Balanço Financeiro se apresenta consolidado, cujos saldos constam nas colunas “B” das tabelas a seguir, ocorre a exclusão das operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP; ou seja, sem dupla contabilização, alterando significativamente os saldos das transferências financeiras recebidas e concedidas.

As diferenças entre as movimentações financeiras recebidas e concedidas “com consolidação” e “sem consolidação”, portanto, constam detalhadas na “Tabela 11”, quanto aos ingressos, e “Tabela 12”, quanto aos dispêndios.

Tabela 11 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2020 (A: Sem Consolidação)		31/12/2020 (B: Com Consolidação)		31/12/2020 (A-B)	
		AV%		AV%		AV%
Transferências Financeiras Recebidas	57.530.323	100,00	20.709.511	100,00	36.820.812	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	53.538.131	93,06	19.561.738	94,46	33.976.393	92,27
Cota Recebida	19.561.738	34,00	19.561.738	94,46	0	0,00
Repasso Recebido	18.893.747	32,84	0	0,00	18.893.747	51,31
Sub-repasso Recebido	15.050.981	26,16	0	0,00	15.050.981	40,88
Repasso Devolvido	21.663	0,04	0	0,00	21.663	0,06
Sub-repasso Devolvido	10.002	0,02	0	0,00	10.002	0,03
Independentes da Execução Orçamentária	3.992.192	6,94	1.147.772	5,54	2.844.419	7,73
Transf. Recebidas para Pag. de RP	3.576.568	6,22	1.124.718	5,43	2.451.849	6,66
Demais Transferências Recebidas	59.073	0,10	23.054	0,11	36.019	0,10
Movimentação de Saldos Patrimoniais	356.551	0,62	0	0,00	356.551	0,97

Fonte: Siafi.

Tabela 12 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

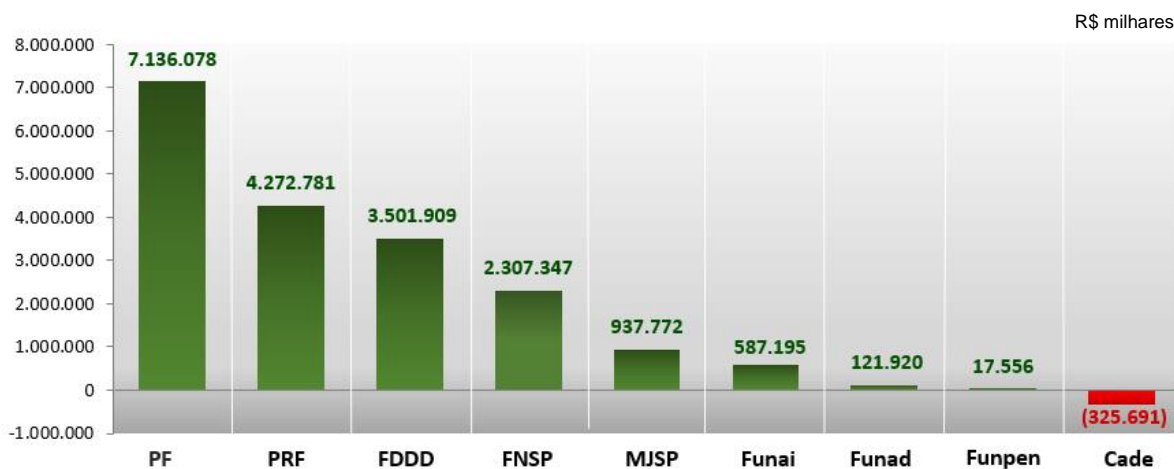
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2020 (A: Sem Consolidação)		31/12/2020 (B: Com Consolidação)		31/12/2020 (A-B)	
		AV%		AV%		AV%
Transferências Financeiras Concedidas	38.973.455	100,00	2.152.643	100,00	36.820.812	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	34.053.041	87,37	76.648	3,56	33.976.393	92,27
Repasso Concedido	18.943.563	48,61	49.816	2,31	18.893.747	51,31
Sub-repasso Concedido	15.050.981	38,62	26.832	1,25	15.024.149	40,80
Cota Devolvida	26.832	0,07	0	0,00	26.832	0,07
Repasso Devolvido	21.663	0,06	0	0,00	21.663	0,06
Sub-repasso Devolvido	10.002	0,03	0	0,00	10.002	0,03
Independentes da Execução Orçamentária	4.920.414	12,63	2.075.995	96,44	2.844.419	7,73
Transf. Concedidas para Pag. de RP	2.451.850	6,29	0	0,00	2.451.850	6,66
Demais Transferências Concedidas	36.019	0,09	0	0,00	36.019	0,10
Movimento de Saldos Patrimoniais	2.432.545	6,24	2.075.995	96,44	356.550	0,97

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 9” abaixo.

Figura 09 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)



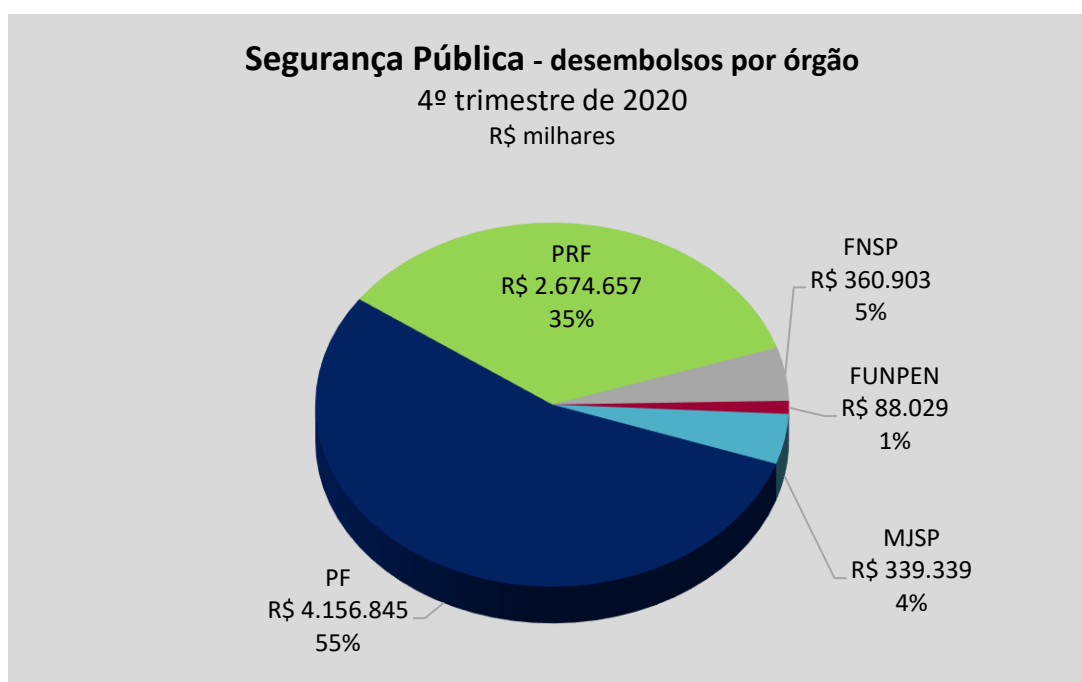
Fonte: Siafi.

Nota 14 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 13,47% (R\$ 7.619.772 mil), no 4º trimestre de 2020, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,55% (R\$ 4.156.845 mil) e 35,10% (R\$ 2.674.657 mil), somando 89,65% (R\$ 6.831.502 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na "Figura 10".

Figura 10 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Fonte: Siafi.

Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 58,17% (R\$ 4.432.651 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme “Tabela 13”.

Tabela 13 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

SEGURANÇA PÚBLICA							R\$ milhares	
	PF	PRF	FNSP	FUNPEN	MJSP	Total %	Total Geral R\$	
Subsídios	34,65%	23,52%	0,00%	0,00%	0,00%	58,17%	4.432.651	
Demais desembolsos	19,90%	11,59%	4,74%	1,16%	4,45%	41,83%	3.187.121	
Total	54,55%	35,11%	4,74%	1,16%	4,45%	100,00%	7.619.772	

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

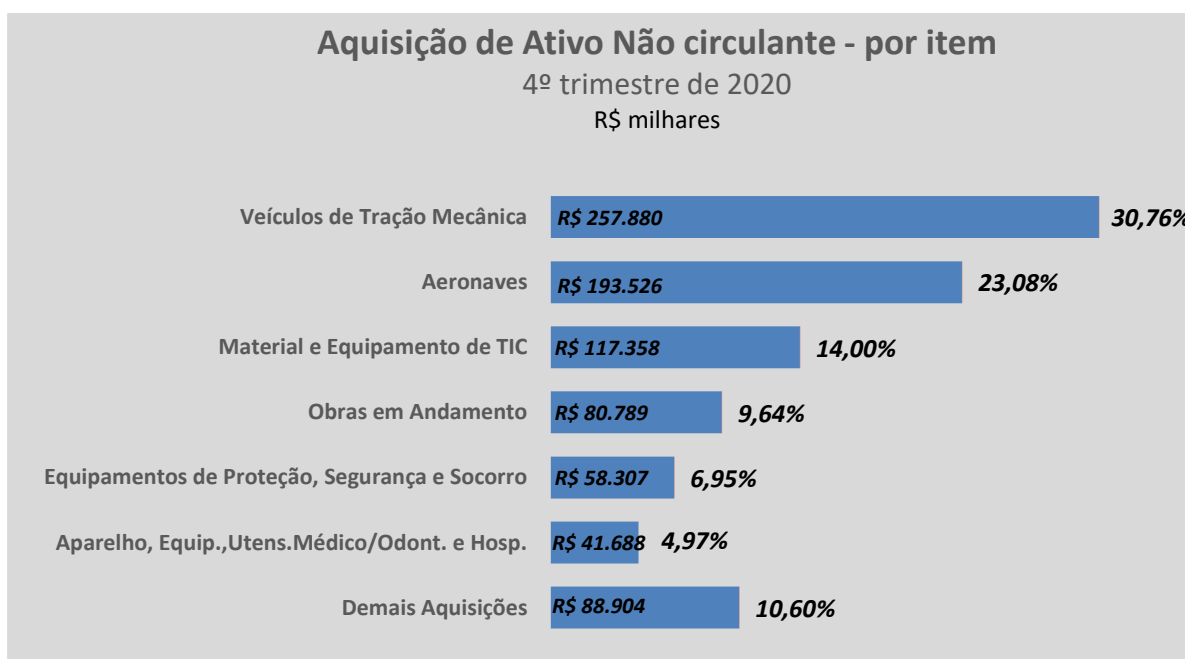
As aquisições de Ativo não Circulante integraram 95,02% (R\$838.452 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em dezembro de 2020. Nesse sentido e conforme “Figura 11”, 67,84% (R\$ 568.764 mil) foram assim registrados:

a) Veículos de Tração Mecânica, 30,76% (R\$ 257.880 mil), sendo 76,91% desse valor representado pelo Funpen 30,31% (R\$ 78.171 mil); PRF 27,36% (R\$ 70.565 mil); e FNSP 19,23% (R\$ 49.599 mil);

b) Aeronaves, 23,08% (R\$ 193.526 mil), sendo 99,26% (R\$ 192.096 mil) desse valor representado pela PRF; e

c) Material e Equipamento de TIC, 14,00% (R\$ 117.358 mil), sendo o maior destaque a PF, com 74,33% (R\$ 87.234 mil) desse valor.

Figura 11 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item



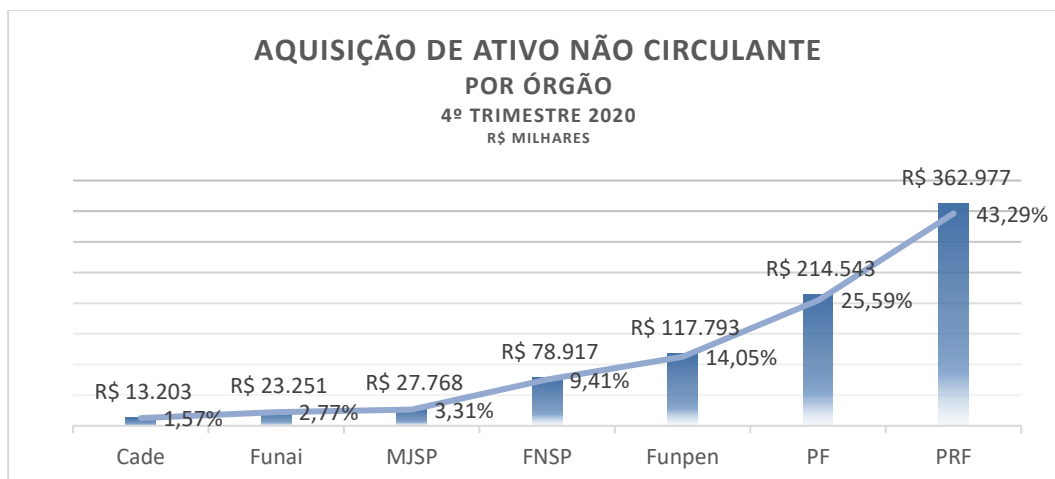
Fonte: Siafi.

Na “Figura 12” evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PRF obteve maior saldo até o 4º trimestre de 2020, 43,29% (R\$ 362.977 mil), sendo a aquisição de aeronaves o item mais representativo, refletiu em 23,08% (R\$ 193.526 mil) do total da rubrica, em relação aos demais

órgãos.

Nesse sentido, destaca-se a aquisição de veículos de tração mecânica, onde o Funpen apresentou 9,32% (R\$ 78.171 mil); e a aquisição de Material e Equipamento de TIC, onde a PF apresentou 10,40% (R\$ 87.234 mil). Ambos em relação ao demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante.

Figura 12 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 16 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", os quais corresponderam a 0,07% (R\$ 159.286 mil) do saldo final da DMPL no 4º trimestre de 2020, 112,70% (R\$ 151.118 mil) foram referentes a baixa de convênios e instrumentos congêneres a pagar, referente a exercícios anteriores com reflexo no Patrimônio Líquido. Do saldo total da referida rubrica 93,54% (R\$ 149.001 mil) foram registrados no Funpen.

O resultado do exercício de R\$ 119.912.879 mil, em dezembro de 2020, representou 51,01% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado em 98,02% (R\$ 117.538.606 mil) por reavaliações de bens imóveis da Fundação Nacional do Índio, justificadas na Nota Explicativa 03.

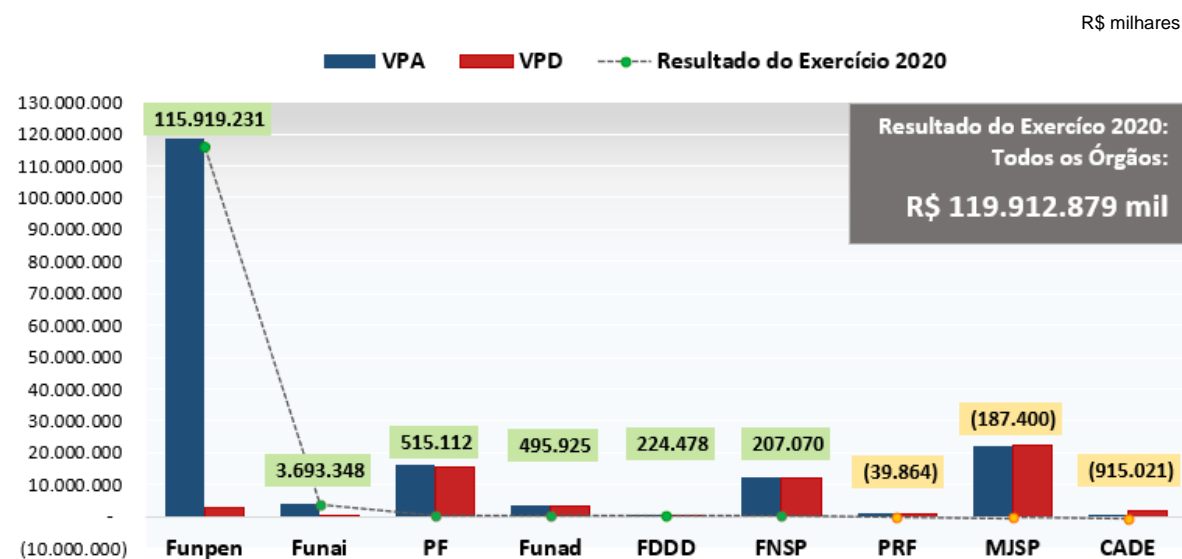
O saldo restante de R\$ 115.001.987 mil, do início do exercício de 2020, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.

Tabela 14 – Resultado do Exercício – por órgão

Órgão	R\$ milhares		Resultado do Exercício 31/12/2020
	Variação Patrimonial Aumentativa	Variação Patrimonial Diminutiva	
Fundo Penitenciário Nacional	118.465.518	2.546.287	115.919.231
Fundação Nacional do Índio	4.015.494	322.147	3.693.348
Polícia Federal	16.210.664	15.695.552	515.112
Fundo Nacional Antidrogas	3.679.296	3.183.371	495.925
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	370.081	145.603	224.478
Fundo Nacional de Segurança Pública	12.266.260	12.059.190	207.070
Polícia Rodoviária Federal	821.325	861.189	-39.864
Ministério da Justiça e Segurança Pública	22.157.998	22.345.397	-187.400
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	688.067	1.603.088	-915.021
Total	178.674.704	58.761.825	119.912.879

Fonte: Siafi.

Figura 13 – Resultado do Exercício 2020 – por órgão



Fonte: Siafi.